

**Desarmamento, desmobilização e tráfico internacional de
armas: um esboço de conceitos, conexões e possibilidades**

Marisa Borges
Bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
2009

1. Introdução

O término formal de um conflito armado despoleta o início de um conjunto de intervenções complexas. O objectivo de construir uma paz duradoura e consubstanciada na resolução das causas que despoletaram o conflito coloca sérios desafios na definição de estratégias de acção e na prioritização das áreas de intervenção. As Nações Unidas (NU) reconhecem neste complexo de intervenção o papel central que os programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) ocupam numa fase imediata de apaziguamento e como ligação ao processo mais amplo de *Peacebuilding*.

Os seus três componentes têm sido concomitantemente desenvolvidos, no plano conceptual, valorativo e operacional. As suas avaliações críticas têm contudo escolhido o elemento da Reintegração como vector explicativo fundamental para identificar as limitações dos programas de DDR e dos seus impactos em termos de prevenção da violência e contribuição para a construção da paz no longo-prazo. Ainda que os outros dois componentes sejam analisados a reintegração surge, pela sua delineação temporal como o elemento crucial de sustentabilidade e irreversibilidade destes processos.

Esta reflexão ambiciona desafiar esta perspectiva, que ainda que premente e necessária em termos de análise, circunscreve a exploração de outros factores que influem no desarmamento e desmobilização. Assim, estes dois componentes do DDR serão analisados em articulação com os dilemas de

segurança que transitam entre o período do conflito armado e a fase de paz formal, objecto principal da sua intervenção. Somaremos como factor explicativo o impacto e articulação que o tráfico internacional de armas define com estes dilemas e de que forma esta relação não só afecta os resultados destas etapas como também desafia os seus pressupostos actuais. Deste modo, abordaremos num momento inicial as estratégias de desarmamento e desmobilização e a resposta que avançam em relação ao dilema de segurança, seguido por uma reflexão sobre o tráfico internacional de armas em tempos de paz formal. Por último, tentaremos articular os três elementos, aprofundando a reflexão sobre as delimitações do desarmamento e desmobilização em termos de aplicação e conceptualização.

2. O Desarmamento e Desmobilização das NU e os dilemas de segurança

O desarmamento e desmobilização são, conjuntamente com a reintegração, entendidos pelas UN como parte de um *continuum* natural do processo de paz, necessariamente articulados numa estratégia integrada, coordenada e abrangente (UNDPKO, 1999). As NU têm vindo a definir um quadro operativo articulado com um quadro de valores, conceitos e condições consideradas como fundamentais para a execução destes programas de DDR. A existência de um acordo de paz prévio que enquadre legalmente estas actividades e o compromisso das partes com estes programas são consideradas componentes fundamentais para que as estratégias de DDR possam ser equacionadas e definidas de forma cabal (UN, 2006). Uma

perspectiva integrada dos programas de DDR visa antes de mais lidar com os problemas de segurança que afectam o período imediato do pós-conflito, oferecendo os ex-combatentes sociabilidades distintas do período de conflito armado. Por este motivo os programas de DDR são vistos como uma etapa inicial nos processos mais abrangente de *peacebuilding* e a sua definição é constituída em termos de faseamento de tarefas. A última das fases será a reintegração, etapa fundamental para que estes processos assegurem a sustentabilidade e o seu contributo para a construção da paz, nas suas diferentes dimensões. As tarefas de desarmamento e desmobilização são assim associadas às fases iniciais de estabilização e sequenciadas por esta mesma ordem: primeiro a necessidade de retirar os instrumentos da violência armada das mãos dos antigos combatentes e depois a necessidade de reconfigurar os padrões de sociabilidade e mobilização destes grupos.

O desarmamento é assim entendido como a colecta, controlo e eliminação das armas de pequeno porte, munições, explosivos e armas ligeiras no seio dos combatentes e muitas vezes da população civil (UNDPKO, 1999). Esta remoção de armas das mãos dos ex-combatentes envolve estratégias capazes de alcançar as populações e comunidades no longo-prazo, guiadas por quatro princípios fundamentais: o respeito pela soberania nacional do Estado onde tomam lugar, a necessidade de redução da violência armada, a segurança dos grupos de risco e por fim o desenvolvimento de capacidades locais (UN, 2006). É uma operação que visa sobretudo lidar com os

instrumentos visíveis da violência de modo a estabilizar os voláteis climas pós-conflituais (Dzinesa, 2007: 74). O desarmamento é também considerado um elemento simbólico e prático do processo de desmobilização, do qual é parte essencial, devendo por isso mesmo precedê-lo (Pouligny, 2004).

O processo de desmobilização é percebido como a fase de ruptura necessária entre a guerra e a paz, durante o qual os grupos armados (estatais e sub-estatais) são reduzidos ou extintos (UNDPKO, 1999). É um processo com uma natureza simultaneamente mental e física, num cruzamento de esforços em que a separação física dos ex-combatentes se articula com a necessidade de encontrar um novo lugar na sociedade civil (UN, 2006). Esta fase poderá incluir o estabelecimento de campos e áreas onde os ex-combatentes depõem e entregam as suas armas e onde poderão receber orientação vocacional e assistência económica (Pouligny, 2004). A desmobilização ambiciosa, sobretudo, controlar aqueles que utilizam os instrumentos visíveis da violência.

O insucesso ou falta de sustentabilidade das estratégias de desarmamento e desmobilização podem contribuir para a reincidência conflitual. Como tal, as UN reconhecem a necessidade de colocar em prática estratégias de desarmamento e desmobilização desde a fase inicial do processo de paz e desde logo acompanhadas de um processo de reintegração adequado (UNDPKO, 1999).

Reconhece-se assim que, ainda que o DDR e especificamente os dois primeiros D's não possam resolver as causas conflituais mais profundas, devem assegurar um ambiente de relativa segurança para que os elementos do Peacebuiding possam ser desenvolvidos convenientemente (UN, 2006). O desarmamento e desmobilização surgem assim estreitamente ligados à noção de paz negativa, eminentemente mais securitária e associada a uma forte componente de estabilização que procura evitar o relapso para o conflito armado (Ramsbotham, 2005: 172). A sua primeira linha de acção será então afectar as percepções, reais e construídas do dilema de segurança.

O dilema de segurança é um conceito associado frequente às situações de conflito armado. Durante as hostilidades, este é calculado em função do poder do adversário. Concretamente, os actores bélicos receiam a derrota ou aniquilação pelos oponentes e garantem a sua defesa e sobrevivência através da violência armada organizada. É sobre estas percepções e divisões que o desarmamento e desmobilização procuram actuar após a instituição de um contexto de paz formal.

O desarmamento e desmobilização procuram transformar este dilema através da dissolução equilibrada e paralela dos vários grupos armados, identificados em determinado conflito, e na sua reconversão em agentes políticos. Na fase pós-conflitual os ex-combatentes depõem as suas armas em troca do restabelecimento de um novo contrato social com o seu

Estado, ao qual entregam a sua segurança e o seu bem-estar (Knight e Özerdem, 2004: 506). Este contrato baseia-se na cláusula básica da segurança, central à noção de Estado moderno weberiano, assente no monopólio do uso legítimo da força, e também ao contrato social advogado por Hobbes entre os cidadãos e o seu *Leviatã*, entidade capaz de retirar a sociedade do seu quotidiano anárquico e dar resposta ao inerente dilema de segurança (Krause e Jütersonke, 2005: 450).

O desarmamento e desmobilização têm tratado este dilema como algo unidimensional e sequenciado. O dilema de segurança é tratado como algo que permanecerá no passado, por influência da transformação que se opera nas percepções de segurança no pós-conflito. As delimitações temporais destas estratégias de desarmamento e desmobilização definem-se por articulação com esta concepção do dilema de segurança ao qual devem responder. Ainda que reconheçam a complexidade do seu alcance, propõem-se a travá-lo através dos seus símbolos e agentes directos, definindo o seu sucesso em função da sua capacidade de responder de forma sustentável a este dilema. A resposta ao dilema de segurança que marcou o conflito parece desta forma apenas reversível se os programas não adequarem devidamente a sua resposta ou se as estratégias de reintegração não assegurarem a sua sustentabilidade.

Embora estes cenários de insustentabilidade contenham espaço para crítica e melhorias em termos de definição de políticas e aplicação, o dilema de

segurança, enquanto objectivo central destes programas, deve ser analisado em função das realidades que transitam entre o conflito e a paz formal. O tráfico internacional de armas e a sua presença na realidade pós-conflitual, é um elemento preponderante na exploração desta relação.

3. O Tráfico Internacional de Armas em tempos de paz formal

O tráfico internacional de armas assume-se como uma das faces dos circuitos múltiplos e plurais de economias de guerra de expressão global, inserido nos circuitos de trocas de estupefacientes, recursos naturais e diamantes, funcionando muitas vezes como “moeda de troca”. É um circuito opaco e dinâmico, articulado em vários pólos disseminados globalmente, onde se destaca a articulação entre os grupos de alguns países de Leste, como a Ucrânia e a Bulgária e grupos em países como Angola ou África do Sul, pontos de recepção e difusão dos fluxos internacionais de armas (Kinsella, 2006: 107-108).

Com um valor e dimensão difícil de confirmar, o crescimento deste sector depende essencialmente da procura das pequenas armas, disponíveis em quantidades representativas, fáceis de transportar e manejar e com uma durabilidade considerável, e presentes virtualmente em todas as sociedades (Boutwell & Klare *apud* Killicoat, 2006: 1). Todas estas características e o facto de a sua letalidade não ser afectada contribui para a sua enorme procura em cenários de conflito onde os grupos armados, longe de uma hierarquia e treinos rigorosos, rapidamente as utilizam

enquanto factor de dominação e controlo das populações. A ligação destes actores às redes internacionais é garantida através de mais do que um fornecedor (Sislin *et al*, 1998: 403), o que dá conta não só da disponibilidade de armas que existe em circulação, como também do nível da procura que estes conflitos instigam no circuito ilegal.

Durante os conflitos, e porque a troca com outros materiais de elevado valor assim o permite, este sector tem a possibilidade de um lucro rápido e significativo. É necessário dotar os grupos armados de instrumentos da violência e como tal este comércio é garantido pela sustentabilidade das actividades económicas asseguradas pela permanência do conflito. Esta será uma componente eminentemente ligada ao funcionamento dos mercados, no sentido em que é necessário manter os níveis de procura para garantir o lucro do mercado. No entanto, o tráfico internacional de armas, pelas características das redes que o operam e pela articulação com os agentes locais assumem características de coesão social, reproduzidas pela coerção (Kinsella, 2006: 104-105).

Estas economias não desaparecem com a assinatura dos acordos de paz ou com a definição de estratégias de desenvolvimento num momento inicial. Ao invés da habitual descrição dicotómica entre guerra e paz, a abordagem funcionalista defende que as transições são antes de mais processos de realinhamento das estratégias económicas (Berdal e Keen *apud* Ballentine e Nitzschke, 2005: 3). Efectivamente as condições estruturais que facilitaram

o estabelecimento de uma economia paralela durante o conflito permanecem inalteradas após o seu término imediato (Wennmann, 2005: 483), assegurando as condições imediatas para a sua continuação.

O tráfico internacional revela contudo especificidades no longo-prazo em termos de manutenção da actividade. As actividades ilícitas ligadas aos conflitos violentos, encontram no estabelecimento da paz e estratégias de desenvolvimento de longo-prazo um entrave à sua capacidade de oferta. O tráfico internacional de armas não necessita de um conflito armado perpetuado para garantir a procura e assegurar a oferta do seu mercado. Visto que as armas provêm muitas vezes de ligações ao sector legal ou são reintroduzidas nas redes internacionais, a assinatura de acordos de paz pode significar uma limitação nas margens de lucro mas não uma eliminação dos seus mercados. O mercado de armas alimenta-se da manutenção do dilema de segurança, uma construção directamente potenciada pela existência de armas no seio da sociedade. Esta constatação pode reforçar sentimentos de insegurança impulsionando processos de armamento para defesa própria como algo não só adequado como fundamental para garantir a sobrevivência (Small Arms Survey, 2005: 274). É entre esta triangulação entre o dilema de segurança e o tráfico internacional de armas que poderemos explorar as limitações das estratégias de desarmamento e desmobilização e incidir sobre as realidades multidimensionais do pós-conflito.

4. Desarmamento, Desmobilização e o Tráfico Internacional de Armas: os dilemas de (in)segurança e a metamorfose das violências

Nos cenários de paz formal o dilema de segurança que pautou o conflito é uma realidade percebida de forma abrangente e vista como parte do quotidiano. O tráfico internacional de armas encontra aqui as condições estruturais necessárias para a continuidade da sua actividade após o cessar oficial das hostilidades.

As relações de causalidade circulares entre o dilema de segurança e a tendência individualizada na aquisição de armas, funciona, assim, no melhor interesse daqueles que participam nestas actividades ilícitas. A manutenção do dilema de segurança garante, desta forma, um mercado de procura crescente às pequenas armas. Como tal, interessa manter e fomentar os sentimentos generalizados de insegurança para que a perpetuação do lucro e dos fluxos ilícitos de armas se mantenham. O enraizamento do dilema de segurança no quotidiano social significará, provavelmente, a consolidação da procura interna de armas nos mercados de economia paralela. Neste contexto de afirmação do valor simbólico e real da arma¹, os ex-combatentes têm de facto poucos incentivos para depor as suas armas. Para além disto, dita o dilema de segurança que os restantes sectores da sociedade se armem também. Assistimos assim a uma proliferação e disseminação generalizada das pequenas armas no seio das sociedades que transitam do conflito armado para a paz formal.

Esta proliferação manifesta-se em formas de violência claras nos períodos pós-conflituais. Em países como El Salvador, Cambodja, Moçambique e Nicarágua, os ex-combatentes, utilizando a arma enquanto mecanismo de coerção, dedicaram-se a actos de banditismo após o estabelecimento da paz e a implementação de programas de desarmamento e desmobilização nestes países (Knight e Özerdem, 2004: 502). Na Guatemala, o número de mortes violentas ocorridas nos cinco anos após os acordos de paz rondaram a média anual de mortes nos trinta e sete anos de conflito (Muggah, 2005: 241). Estudos levados a cabo no Sri Lanka, Cambodja e Ilhas Salomão demonstram padrões semelhantes no uso de armas de fogo em crimes de violência sexual e acesso a modos de vida sustentáveis (Muggah, 2006: 192).

No geral, assiste-se a um aumento da violência armada nas suas várias expressões. O aumento do número de mortes e ferimentos por armas de fogo, o aumento do número de homicídios e tentativas de homicídios, o aumento do número de assaltos e de violações constitui a representação da dimensão endémica da violência no pós-conflito (Muggah, 2006: 192-193), que o tráfico de armas potencia ao adensar o dilema de segurança. As dinâmicas da violência armada alteram-se, desta forma, no período pós-conflitual onde os elevados índices de criminalidade e violência interpessoal se tornam a nova matriz conflitual na sociedade (Muggah, 2006: 193). A violência torna-se desta forma uma oportunidade e fim em si mesma, permitindo que muitos persigam interesses económicos privados

(Pouligny, 2004). Concretamente, a violência acentua o dilema de segurança e dissemina-o socialmente, aprofundando esta construção e exponenciando a tendência para a proliferação de armas.

Em situações pós-conflituais, onde o Estado herda muitas das fragilidades provenientes do período da violência generalizada e onde os tradicionais grupos armados são objectos de desmobilização, assistimos a *vacuums* de poder, onde os indivíduos não percebem uma estrutura social capaz de promover a sua segurança. Apesar dos processos de desarmamento e desmobilização, a violência armada continua a pautar a realidade social e a vida política, levando os cidadãos a optar racionalmente por manter ou adquirir armas próprias (Pouligny, 2004). A arma assume nestes contextos de insegurança e impasses políticos uma forte conotação psicossocial de segurança (Adekanye, 1997: 364), funcionando como o instrumento de resolução de diferendos por excelência, em contextos onde a defesa é assumida por cada indivíduo e é símbolo de masculinidade e poder (Muggah, 2006: 192).

De fácil manejo e com um vasto mercado de oferta, as pequenas armas tornam-se deste modo expressão e condição de uma realidade pós-conflitual marcada por dilemas securitários, pautados pela regra *hobbesiana* do “um contra todos” e pelo potencial de rearmamento da sociedade civil e dos ex-combatentes. Nestes casos, a percepção da disponibilidade de armas e insegurança, construída ou real, actua como

factor de incentivo para a aquisição de armas (Pouligny, 2004). Esta motivação para a aquisição articulada com a disponibilidade nos mercados paralelos acaba por potenciar o risco de escalada na violência (Muggah, 2006: 192). O dilema de segurança reconfigura-se desta forma no período, assumindo novas expressões e grupos, multiplicando o número de armas em circulação, graças à manutenção do circuito ilegal.

Os agentes envolvidos no tráfico de armas vêm nesta violência uma oportunidade de reajustamento das suas estratégias económicas às novas realidades. Desta forma, assistimos à mutação dos padrões de mobilização, fundamentados no dilema de segurança, que marca a sociedade, e nas necessidades de manutenção do mercado. Progressivamente, a resposta organizacional dada às necessidades de ajustamento à paz formal instituída assume a forma de gangs e sindicatos de crime organizado locais, continuamente ligadas aos circuitos internacionais. Estas dimensões de mobilização muito viradas para o mercado ilegal surgem consolidadas pelas suas características de coesão social, reais ou forçadas. A racionalidade operativa destas formas de organização da violência prende-se sobretudo com a extorsão, protecção e consolidação do poder sobre as populações e territórios (West, 2006: 2). Estes grupos estimulam uma mobilização local, capaz de os dotar de uma forte coesão social, onde a proximidade é factor determinante no controlo dos seus elementos (Kinsella, 2006: 105).

As estratégias de mobilização e controlo das populações passam,

essencialmente, pela aplicação do código de conduta do grupo e pelo fornecimento dos bens essenciais à população, num dado território, em clara substituição ao papel do Estado (West, 2006:1). Observamos assim uma tendência para a proliferação destes grupos potenciada em dois sentidos. Primeiramente, com a banalização do dilema de segurança, a sociedade torna-se mais permeável à existência de grupos sub-estatais capazes de exercer o seu poder através de estratégias de intimidação, de agressões ou criminalidade. Por outro lado, a miríade de lucro proveniente da participação na economia paralela aumenta a competição em torno dos mercados, levando à fragmentação de grupos já existentes (Ballentine e Nitzschke, 2005: 6). Assim, a competição entre estes grupos num clima de violência característico dos dilemas de segurança pós-conflituais acaba por garantir a expansão do mercado, devido ao armamento destes grupos e devido ao impacto que esta rivalidade causa no próprio dilema de segurança, aumentando, exponencialmente, os níveis de violência em nome do controlo dos territórios e populações.

As matrizes de mobilização nos contextos de pós-conflito obedecem, desta forma, a dois pressupostos fundamentais. O primeiro, de natureza económica, prende-se com a articulação do poder local com as redes internacionais das economias paralelas. A perspectiva de lucro e bem-estar funcionam como chamamentos para os membros destes grupos. Por outro lado, o próprio dilema de segurança, que ao consolidar o poder destes grupos sub-estatais, permite que as populações os identifiquem como

garantes de sobrevivência e ambicionem fazer parte das suas fileiras.

Os agentes das economias paralelas, e concretamente aqueles que dependem da manutenção do tráfico internacional de armas, adaptam-se, assim, aos desafios levantados pelas estratégias de desarmamento e às oportunidades criadas pelo dilema de segurança. As novas formas de organização de violência conseguem deste modo, contrariar as estratégias e pressupostos de ruptura dos programas de desarmamento e desmobilização, garantindo uma disseminação do dilema de segurança no tecido social e quotidiano de interacções inter-pessoais. Perpetuam assim o seu papel na sociedade e os lucros desta actividade ilícita.

As estratégias de desarmamento e desmobilização, com os seus pressupostos actuais desvalorizam esta capacidade/necessidade efectiva de rearmamento da sociedade, bem como a rearticulação do dilema de segurança com as continuidades que marcam o período de paz formal. Ainda que reconheçam o impacto estrutural das estratégias de desarmamento e desmobilização na consolidação de uma paz efectiva, o seu enquadramento na lógica circunscrita da paz negativa e priorização da estabilização securitária demonstra uma incompreensão de estratégias de desarmamento e desmobilização mais amplas, em termos de sujeitos e horizonte temporal.

Como já referimos anteriormente, a definição do espaço temporal em que

o desarmamento e desmobilização operam bem como os participantes que contemplam, define-se em articulação com o dilema de segurança que procuram eliminar. A distinção entre combatentes e civis, para além de extremamente difícil de estabelecer, pode divergir entre os grupos sociais e entre os grupos sociais locais e aqueles que vêm o conflito de fora (Pouligny, 2004). Ainda que se contemple uma divisão entre participantes e beneficiários destes programas (UN 2006) onde esta diferenciação se vê algo esbatida², a necessidade de prestar prova do *status* de combatente denuncia uma abordagem demasiadamente influenciada por uma óptica militarista (Knight e Özerdem, 2004: 506). Esta perspectiva essencialmente militarista, isto é, a garantia de que num horizonte breve os actores bélicos não podem retomar as hostilidades, é uma perspectiva circunscrita social e conceptualmente. A ênfase no desarmamento e desmobilização dos combatentes, os participantes activos da violência armada, deixa de fora largas franjas da população organizados e estruturados em função da lógica de violência armada, que desta forma ficam com as estruturas e com as armas mas sem mecanismos de controlo e afastadas da desmobilização (León-Escribano, 2006: 11). Esta restrição demonstra desta forma, a circunscricção do desarmamento e desmobilização a uma dimensão negativa da construção da paz e a um momento particular desta construção. Conceptualmente e também em termos de definição política, esta demarcação desvaloriza os processos de re-mobilização e rearmamento que surjam após o término destas metas de estabilização. Estas questões surgem conceptualmente ligadas a programas mais abrangentes de controlo

de armas, reformas judiciais ou programas de desenvolvimento³ que continuam no entanto a considerar o dilema de segurança como uma herança estática e desarticulada das continuidades do pós-conflito, e neste caso específico, da presença das redes e elementos ligados ao tráfico internacional de armas.

O desarmamento e desmobilização surgem deste modo associados a um *continuum* no processo de paz mas não como estratégia em *continuum*. Isto é, a demarcação temporal erra ao não contemplar a possibilidade da sociedade encontrar outras fontes de rearmamento que não as armas já existentes e provenientes dos ex-combatentes. A sua não inserção na óptica de longo-prazo das estratégias de *peacebuilding* acaba por limitar as suas possibilidades de sucesso e de transformação estrutural nas sociedades emergidas de períodos de violência sistémica.

5. Conclusão

O tráfico internacional de armas tem potenciado as continuidades herdadas do período de violência nos climas pós-conflituais. Esta subjugação dos pressupostos de ruptura dos programas de desarmamento e desmobilização às condições estruturais para a manutenção das economias paralelas permite ao tráfico internacional de armas adaptar as suas estratégias económicas e de controlo de forma a manter a sua actividade em cenários de paz formal.

Deste modo, os programas de desarmamento e desmobilização, quando confrontados com as dinâmicas de perpetuação deste tráfico, não só falham em pôr fim à violência directa como contribuem para a perpetuar as violências estruturais, pela não resposta ao dilema de segurança num longo-prazo. O culto da arma institui-se assim nas sociedades e os padrões de violência transformam-se mas não desaparecem. Pelo contrário, tornam-se a forma de estruturação social por excelência, contribuindo para a instilação de culturas de violência.

O tráfico internacional de armas permite assim uma metamorfose das violências, uma transformação suave nas suas expressões mais visíveis, de modo algum posto em causa pelo desarmamento ou pela desmobilização.

¹ Um ex-combatente que decida num clima de insegurança, vender a sua arma no mercado paralelo, facilmente receberá por ela um valor superior às contrapartidas oferecidas pelos programas de desarmamento. É comum que os ex-combatentes atravessem fronteiras para vender a sua arma pelo melhor preço.

² Os participantes dos programas são definidos de acordo com o seu *status* de ameaça à segurança e estabilidade, englobando forças armadas regulares ou irregulares, como milícias, grupos paramilitares, patrulhas de defesa, elementos de segurança privada, gangs armados, brigadas de vigilância. Os beneficiários destes programas são essencialmente as comunidades que beneficiam da melhoria na segurança, bem como as estruturas estatais.

³ No que diz respeito aos programas SALW (small arms and light weapons) as NU dizem que os mecanismos definidos durante os programas de DDR devem conter elementos para integração numa agenda de controlo mais lata, aplicável quando o DDR tiver sido posto em prática (UN, 2006)

Referências bibliográficas

- Adekanye, Bayo (1997), "Arms and Reconstruction in Post-Conflict Societies" (Review Essay). *Journal of Peace Research*. Vol. 34, n. 3, pp 359-366;
- Ballentine, Karen & Nitzschke, Heiko (2005), "The Political Economy of Civil War and Conflict Transformation" in http://www.berghof-handbook.net/uploads/download/dialogue3_ballentine_nitzschke.pdf [consultado a 20 Junho de 2009];
- Dzinesa, Gwinyayi (2007), "Postconflict Disarmament, Demobilization and Reintegration of Former Combatants in Southern Africa". *International Studies Perspectives*, n. 8, pp 73-89;
- Killicoat, Phillip (2006), "Weaponomics: the Economics of Small Arms" in <http://www.csae.ox.ac.uk/workingpapers/pdfs/2006-13text.pdf>;
- Kinsella, David (2006), "The Black Market in Small Arms: Examining a Social Network". *Contemporary Security Policy*, Vol. 27, n. 1, pp 100-117;
- Knight, Mark & Özerdem, Alpaslan (2004), "Guns, Camps and Cash: Disarmament, Demobilization and Reinsertion of Former Combatants in Transitions from War to Peace". *Journal of Peace Research*. Vol 41, n. 4, pp 499-516;
- Krause, Keith & Jütersonke, Oliver (2005), "Peace, Security and Development in Post-Conflict Environments". *Security Dialogue* Vol. 36, n. 4, pp 447-462;
- León-Escribano (2006), Small Arms and Development in Post-Conflict Societies, IEPADES in <http://www.iepades.org/armasydesa-in.pdf> [consultado em 20 de Junho de 2009]
- Muggah, Robert (2005), "No Magic Bullet: A Critical Perspective on Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR)and Weapons Reduction in Post-Conflict Contexts". *The Round Table* Vol. 94, n. 379, pp 239-252;
- Muggah, Robert (2006), "Emerging from the Shadow of War: a Critical Perspective on DDR and Weapons Reduction in the Post-Conflict Period". *Contemporary Security Policy*. Vol.27, n.1, pp 190-205;
- Pouligny, Béatrice (2004), "The Politics and Anti-Politics of Contemporary Disarmament, Demobilization and Reintegration Programs" in <http://www.ceri-sciences-po.org/cherlist/pouligny/rapportpouligny.pdf> [consultado em 20 Junho 2009];
- Ramsbotham, Oliver (2005), "Reflections on UN Post-Settlement Peacebuilding." in Woodhouse and Ramsbotham (eds), *Peacekeeping and Conflict Resolution*. Abingdon: Frank Cass.
- Sislin, John *et al* (1998), "Patterns In Arms Acquisitions by Ethnic Groups in Conflict". *Security Dialogue*, Vol. 29, n.4, pp 393-408;
- Small Arms Survey (2005), "Weapons at War" in http://www.smallarmssurvey.org/files/sas/publications/year_b_pdf/2005/2005SASCh10_full_en.pdf [consultado em 20 de Junho de 2009]
- UNDDR (2006), *Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards* in http://www.unddr.org/iddrs/download/full_iddrs.pdf

[consultado a 20 de Junho de 2009]

UNDPKO (2000), “Disarmament, Demobilization and Reintegration of Ex-combatants in a Peacekeeping Environment: Principles and guidelines” in <http://www.un.org/Depts/dpko/lessons/DD&R.pdf> [consultado em 20 de Junho de 2009]

Wennmann, Achim (2005), “Resourcing the Recurrence of Intrastate Conflict: Parallel Economies and their Implications for Peacebuilding”. *Security Dialogue*, Vol. 36, n. 4, pp 479-494;

West, Jessica (2006), “The Political Economy of Organized Crime and State Failure: The Nexus of Greed, Need and Grievance”. *Innovations*, Vol. 6, pp 1-17;